

CLIPPING IMPRESSO

09/06/2022



INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2 - 4
2.2. JORNAL O PROGRESSO.....	5
2.3. JORNAL PEQUENO.....	6
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	7 - 10
3.2. JORNAL O PROGRESSO.....	11 - 12
3.3. JORNAL PEQUENO.....	13 - 17
4. PUBLICIDADE LEGAL	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	18

ACABOU A FESTA

Prefeituras investigadas por contratos de shows com dinheiro público

O Ministério Público do Maranhão evitou, por meio de ações judiciais e recursos, interpostos pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, em abril deste ano, o gasto de R\$ 1,65 milhão com pagamento de cachês de cantores, bandas, estrutura de palco e de som nos municípios de Vitória do Mearim, Barra do Corda e Bacabal. Envolvidos podem ter bens bloqueados. PÁGINA 3

MINI

De olho em shows pagos com dinheiro público

Ações evitaram pagamento de shows em Vitória do Mearim, Barra do Corda e Bacabal. Objetivo foi evitar gasto excessivo com festas enquanto as cidades enfrentam problemas

O Ministério Público do Maranhão evitou, por meio de ações judiciais e recursos, interpostos pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, em abril deste ano, o gasto de R\$ 1,65 milhão com pagamento de cachês de cantores, bandas, estrutura de palco e de som nos municípios de Vitória do Mearim, Barra do Corda e Bacabal.



O objetivo do MPMA foi evitar o gasto excessivo com festas enquanto as cidades enfrentam problemas de infraestrutura, saúde, educação, saneamento básico e demais demandas coletivas. “Não podemos permitir que um município gaste milhares de reais com show enquanto a população sofre com a falta de saneamento, saúde e outras questões mais urgentes”, destaca o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau (foto).

As ações das Promotorias de Justiça foram ajuizadas em abril, ou seja, um mês antes da polêmica envolvendo o cantor sertanejo Zé Neto ao criticar a cantora Anitta e a Lei Rouanet. Após a

controvérsia, os Ministérios Públicos da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Mato Grosso questionaram o pagamento de shows com dinheiro público em 29 cidades.

VITÓRIA DO MEARIM

No dia 7 de abril, a Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim ingressou com uma Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Município e o prefeito Raimundo Nonato Everton Silva para suspender o show do cantor Wesley Safadão e outros artistas, anunciado para comemorar o aniversário da cidade. O caso foi levado ao Superior Tribunal de Justiça e depois ao Supremo Tribunal Federal pela Prefeitura de Vitória do Mearim. O MPMA conseguiu manter a proibição do pagamento determinada na 1ª instância. O valor do contrato era de R\$ 500 mil.

BACABAL

A 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, ajuizou, em 13 de abril, Ação Civil Pública contra o Município para suspender as comemorações de aniversário da cidade com a banda Xand Avião e outros artistas pagos com recursos públicos. Os custos previstos totalizavam quase R\$ 750 mil. A Justiça determinou a suspensão do show no dia 14 de abril. O contrato com o cantor Xand Avião custaria aos cofres públicos R\$ 270 mil. Já com o show da banda Rosa de Saron, seriam gastos R\$ 90 mil. Seriam gastos, ainda, R\$ 55 mil com o cantor Henry Freitas; R\$ 55 mil com o cantor Pastor Cícero

Oliveira; R\$ 18 mil com o cantor Bruno Shinoda, além de R\$ 260.536,00 com palco, tablado, camarote, trio elétrico, entre outros itens para a estrutura das apresentações.

BARRA DO CORDA

Após Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda, o Poder Judiciário suspendeu o show do cantor Xand Avião, marcado para ocorrer no dia 3 de maio, no aniversário da cidade, com custos de R\$ 400 mil aos cofres públicos. A Ação foi ajuizada depois de o MPMA tomar conhecimento, por meio da divulgação em redes sociais, dos planos do município de realizar shows comemorativos de aniversário da cidade com a presença de vários artistas, entre os quais Xand Avião.

NOTA TÉCNICA

A Assessoria Técnica do MPMA emitiu a Nota Técnica 001/2022, destinada a orientar os membros da instituição, a respeito das normas gerais de licitação e contratos, mediante verificação de exigências técnicas para a contratação de profissionais do setor artístico pelos gestores públicos. O documento chama atenção para as regras que regulamentam a contratação de shows e espetáculos artísticos pela administração pública, em especial, a Lei de Licitações e Contratos, considerando a proporcionalidade e razoabilidade do custo-benefício da contratação, de acordo com a realidade de cada município

Envolvidos podem ter bens bloqueados

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) requereu, em 17 de maio, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a indisponibilidade liminar dos bens de cinco envolvidos em licitações irregulares para realização dos carnavais dos anos de 2018 e 2019, em Carolina. O limite para bloqueio é R\$ 1.714.800,00, que corresponde ao dobro do valor dos danos causados ao erário, além de multas.



Na manifestação, formulada pelo promotor de justiça Marco Túlio Rodrigues Lopes, estão citados o prefeito Erivelton Neves (**foto**); a secretária municipal de Administração Finanças, Planejamento e Urbanismo, Andreia Antonioli; o procurador do Município, Diego Andraus, e os presidentes da Comissão Permanente de Licitação (CPL) Daniel Esteves (2018) e Amilton Guimarães (2019).

O MPMA também solicita suspensão de contratações por meio de dispensa e inexigibilidade de licitação para financiamento, uso, gasto e destinação, mesmo que já tenham sido empenhados recursos públicos municipais em festas, comemorações, carnaval, contratação de artistas ou bandas, serviços de bufê e montagem de estruturas etc.

ILEGALIDADES

A Promotoria de Justiça de Carolina requereu ao Município documentos referentes às festividades, incluindo convênios e respectivas prestações de contas; extratos bancários; cópias de contratos e licitações à contratação de bandas, locação de palco, iluminação e despesas correlatas; notas de empenho e fiscais das despesas realizadas; extratos bancários de transferências realizadas para pagamento dos contratos, indicando contas bancárias de origem e do destinatário, além de documentos relacionados ao evento.

Os documentos foram analisados pela Assessoria Técnica do MPMA e demonstraram prática de diversas ilegalidades. “A improbidade já seria indiscutível se fosse somente uma licitação fraudada. Mas, foram quase 20 dispensas e inexigibilidades de licitações e contratos com graves desvios, causando danos ao erário no importe de R\$ 521,6 mil”, relata o promotor de justiça.

As ilegalidades incluem uso de contratos de representação artística para inexigibilidade de licitação, (quando deveriam ser contratos de exclusividade). As justificativas de preço incluíram somente uma contratação semelhante, contrariando decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Também faltou comprovação de previsão de recursos para garantir pagamento das obrigações. Outra inexistência foi a do número do registro do profissional responsável pela elaboração do parecer jurídico na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afrontando outra determinação do TCU. Igualmente, foi constatada ausência de publicação no Diário Oficial do Estado, violando a Lei das Licitações.

CONDUTAS

Para o Ministério Público, os acionados praticaram conjuntamente atos ímprobos porque contribuíram para que a oferta contratada não fosse a mais vantajosa.

No que se refere ao prefeito, ele foi responsável pelas ilegalidades porque foram ignorados os princípios da legalidade e da moralidade da Administração Pública.

A secretária municipal de Finanças cometeu improbidade ao contratar bandas, equipamentos de som e estrutura para o Carnaval nos dois anos. Em todos os processos licitatórios houve parecer do procurador do Município, que atestou regularidade dos procedimentos. “Sequer um checklist aprofundado de verificação da regularidade das etapas das licitações e contratos, o profissional se deu ao trabalho de fazer”, relata o promotor de justiça.

As licitações também tiveram participações dos presidentes das comissões de licitação, que emitiram pareceres para aceitação dos preços contratados, atestando a regularidade de procedimentos que estavam recheados de ilegalidades. “São mais de 10 licitações fraudadas, recursos que poderiam ser gastos na concretização de direitos constitucionais. A justificativa do Município para não reformar escolas, construir creches, realizar concurso público, implementar aterro sanitário, disponibilizar saneamento básico, etc é sempre a mesma: falta de recursos financeiros. Isto é extremamente contraditório porque são feitos gastos outros pela Prefeitura”, contesta Marco Túlio Lopes.

PEDIDOS

Outro pedido do MPMA é condenação dos acionados à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multas e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Também solicita a confirmação das liminares ao final da Ação.

BRASÍLIA

Maranhão e outros Estados debatem alta no preço dos combustíveis

O governador em exercício, Paulo Velten, participou de reuniões em Brasília com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e governadores de outros Estados, sobre a alta do preço dos combustíveis que vem sendo provocada pelos constantes reajustes feitos pela Petrobras.



Durante as reuniões, os governadores trataram sobre os impactos do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022 (PLP 18/2022), que reduz alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A proposição define que combustíveis, assim como energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações não poderão ter alíquotas de ICMS superior a 17%. Os governadores, entretanto, ponderaram que não há garantia que, com a medida, o preço na bomba vai cair de fato.

Eles defenderam soluções que não punam os consumidores nem prejudiquem a capacidade dos Estados de investir em obras e serviços, o que gera emprego e renda para a população.

“A nossa esperança é que o Senado da República tenha a responsabilidade que sempre teve, ao olhar esse problema que afeta todos os estados da Federação, uns mais que outros, mas afeta todos indistintamente. Esperamos que o Senado esteja à altura de sua responsabilidade republicana, para não desorganizar as finanças dos Estados, sobretudo nesse momento de crise econômica que todos nós atravessamos”, frisou Paulo Velten.

Os governadores alertaram para o risco de levar as administrações locais ao desequilíbrio fiscal, sem a garantia de que o preço na bomba vai cair. De acordo com o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, o prejuízo entre os Estados pode chegar a R\$ 100 bilhões e no Maranhão a perda corresponderia a R\$ 3 bilhões.

Marcellus Ribeiro destaca ainda que a receita gerada via ICMS também vai afetar os municípios maranhenses



es e investimentos em Educação e Saúde, já que existem receitas vinculadas (receita arrecadada com destinação específica) a esses dois setores.

“Se nós reduzimos as receitas do ICMS, nós reduzimos as receitas da Saúde e, evidentemente, essa política pública fica muito prejudicada”, sublinha o secretário da Fazenda, Marcellus Ribeiro.

As reuniões entre os gestores estaduais e o presidente do Senado ainda não alcançaram um acordo final. A meta, segundo explica o secretário Marcellus Ribeiro, é tentar reduzir os danos à economia estadual, sem prejudicar a oferta das políticas públicas.

“Acima de tudo nós buscamos mitigar os prejuízos e manter o nível de prestação de serviços públicos essenciais para a população. Nós procuramos convergir para um ponto em que haja perda para os estados, mas que não seja no volume que nós temos hoje, porque isso inviabilizará tanto os municípios quanto os estados da Federação”, adverte Marcellus Ribeiro.

Compensações

Governadores e representantes de secretarias de Fazenda dos estados, entre eles Marcellus Ribeiro, cobram garantia da União para recompor os cofres estaduais antes de alterar as alíquotas do ICMS.

Paulo Velten antecipa que o texto do projeto de lei complementar aprovado na Câmara, e que agora tramita no Senado, prevê um mecanismo para compensar a perda de arrecadação dos Estados. Se essa redução de receitas do ICMS for superior a 5%, a União ressarciria os governos estaduais por meio do abatimento da dívida.

“Os governadores apresentaram algumas propostas, com atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, já que nós temos previsão orçamentária e despesas fixas. Há a possibilidade de uma compensação ampla, com as dívidas que os estados têm não só com a União, mas com instituições privadas, e, sobretudo, a modulação dos efeitos, para que essa regra que coloca todas as alíquotas na alíquota máxima de 17% não desarrume a arrecadação dos estados e os investimentos públicos que nós temos hoje em andamento e em execução orçamentária”, concluiu Paulo Velten.



FERRY BOAT: Prorrogada intervenção da Serviporto por 180 dias

PÁGINA 9

FERRY-BOAT

Prorrogada intervenção da Serviporto por 180 dias

Determinação do governo do estado foi publicada no diário oficial sobre a empresa que presta serviço de travessia de ferry-boat

O governo do Estado do Maranhão prorrogou por mais 180 dias, a intervenção do estado na Serviporto, empresa que presta serviço de travessia de ferry-boat entre São Luís e a Baixa da Maranhense.

O ato foi assinado pelo governador em Exercício, Paulo Velten, informando, dentre outras considerações, que: “o transporte coletivo intermunicipal de passageiros é serviço essencial de competência do Estado do Maranhão; os serviços públicos devem ser prestados de forma adequada; as embarcações da Servi-Porto (Cidade de Tutóia, Baía de São José e Cidade de Araisos) encontram-se inoperantes e necessitando de reformas e manutenções, em razão do desgaste natural no decorrer do tempo; a recomendação da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB pela prorrogação da intervenção a fim de que seja dada continuidade às ações até então desenvolvidas e assegurada a plena prestação do serviço de transporte intermunicipal aquaviário”.

No decreto, a intervenção será de 180 dias, prorrogáveis, mediante Decreto, por igual período, ou até nova contratação, o que ocorrer primeiro. “Durante a intervenção poderão ser utilizados recursos do Poder Executivo, na forma da Lei nº 11.525 de 18 de agosto de 2021, para recuperação das três embarcações (Cidade de Tutóia, Baía de São José e Cidade de Araisos) da empresa SERVI-PORTO (Serviços Portuários) LTDA, em razão da necessidade de se assegurar o restabelecimento e a manutenção da prestação adequada do serviço concedido”.

O documento assegura que as embarcações da Serviporto só poderão



AS TRÊS EMBARCAÇÕES DA EMPRESA ESTÃO FORA DE OPERAÇÃO E SERÃO REFORMADAS

voltar a operar quando cumprirem as normas técnicas da Marinha do Brasil, as normas editadas pela Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB e pelos demais órgãos de fiscalização, devendo apresentarem, ainda, os certificados de segurança e navegabilidade necessários para seu regular funcionamento.

Recorrência

Há quase 1 ano, a empresa também foi interdita pelo prazo de 180 dias. O decreto publicado em 14 de junho de 2021 atestava que “após a primeira intervenção (determinada pelo Decreto nº 35.612, de 17 de fevereiro de 2020), a gestão da empresa não observou as orientações indicadas, as quais eram relevantes para o prosseguimento do trabalho de recuperação da frota, bem como para reabilitação da saúde financeira e fiscal da sociedade empresária”.

Em reunião realizada no último dia 25, na qual participaram a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos, representantes das cooperativas do transporte alternativo que utilizam o serviço de ferry-boats e representantes das empresas Internacional Marítima e Serviporto, a Serviporto garantiu o retorno de duas embarcações à atividade, uma delas logo na primeira quinzena do mês de junho.

Na ocasião, o governo do estado ainda anunciou melhorias para os operadores do transporte alternativo que utilizam o ferry-boat, tais como a gratuidade na passagem dos cobradores das vans e microônibus nas embarcações e a construção de um terminal de passageiros para utilização das cooperativas que deverá ser construído numa área do Anel Viário, em São Luís.

NMI
Nedilson Machado
nm@oimparcial.com.br

Fim de semana chegando e hoje recomeça a programação junina do Governo do Estado que está promovendo "O Maior São João do Brasil", com dois meses de festividades. Desta quinta-feira (9) a domingo (12), o público vai poder se encantar com várias atrações nos arraiais da Vila Palmeira e do Ceprama. O Governo do estado também está de parabéns pela decoração em várias ruas e avenidas da capital. No Centro Histórico há o colorido forte e vibrante das bandeirinhas, bandeirolas e mosaicos, que têm atraído um grande público nos fins de semana. Parabéns ao secretário de Estado da Cultura, Paulo Victor e o governador em exercício do Maranhão, Paulo Velten.



TJMA decide que empresas terão que indenizar beneficiária de plano

Entendimento da 2ª Câmara Cível diz que rescisão, sem motivo, de plano coletivo de saúde, somente é válida mediante prévia notificação, com prazo mínimo de 60 dias

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença do Juízo da 14ª Vara Cível de São Luís, que condenou a Central Nacional Unimed – Cooperativa Central e a Allcare Administradora de Benefícios São Paulo, solidariamente, a pagarem a uma beneficiária do plano de saúde uma indenização de R\$ 15 mil, por danos morais.

A sentença também determinou que a Central Unimed reative o plano de saúde e pague indenização, por danos materiais, à autora da ação, na quantia de R\$ 3.086,00, além de R\$ 14,5 mil, referentes aos custos do parto cesárea da beneficiária.

O entendimento unânime do órgão do TJMA foi de que a rescisão, sem motivo, de plano coletivo de saúde, somente é válida mediante prévia notificação, com prazo mínimo de 60 dias, o que não ocorreu no caso.

A Central Nacional Unimed alegou que caberia a Allcare, na condição de administradora do benefício, migrar a autora para plano de saúde compatível. Já a Allcare argumentou ser parte ilegítima para figurar como ré no processo e ausência de danos morais indenizáveis. A beneficiária também apelou ao TJMA.

VOTO

A desembargadora Nelma Sarney, relatora das apelações, votou de forma desfa-

Divulgação



vorável a todos os recursos. De início, explicou que, de acordo com normas do Código de Defesa do Consumidor, havendo mais de um responsável pela causa do dano, todos responderão solidariamente pela sua reparação.

“Assim, tanto o Plano de Saúde como a Administradora do benefício são responsáveis pelos danos causados a consumidora”, definiu a relatora, citando precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva.

No mérito, a desembargadora disse não haver dúvida de que ocorreu ato ilícito, devendo ser mantida a condenação em danos morais e

materiais.

Acrescentou que a rescisão não foi válida, havendo a manutenção do plano de saúde e o dever de custear os procedimentos e consultas previstos contratualmente, cuja negativa ilegítima gera inequívoco dano moral.

“A recusa injustificada de cobertura gera inequívoco dano moral, mormente pelo agravamento da situação aflitiva, física e psicológica daquele que necessita de cuidados médico-hospitalares”, frisou Nelma Sarney, ao citar novos precedentes.

A relatora entendeu que a indenização por danos morais, fixada em R\$ 15 mil, é adequada com as peculiaridades

do caso e com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Também considerou devido o cumprimento do pagamento das mensalidades pela beneficiária do plano, conforme a sentença da 14ª Vara Cível de São Luís. Disse não ser apropriado com a boa-fé que a autora da ação formule requerimento pela manutenção do plano de saúde na petição inicial e, agora, requeira o não pagamento das faturas mensais, por entender que o plano não lhe é satisfatório.

O desembargador Guerreiro Júnior e a desembargadora Maria das Graças Duarte também negaram provimento a todos os recursos. (Ascom/TJMA)

Maranhão e outros Estados debatem alta no preço dos combustíveis *P2c1*



Maranhão e outros Estados debatem alta no preço dos combustíveis

Educação e saúde serão afetadas com as perdas, que podem chegar a R\$ 3 bilhões no estado

Divulgação

O governador em exercício, Paulo Velten, participou na noite desta terça-feira (7) de reuniões em Brasília com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e governadores de outros Estados, sobre a alta do preço dos combustíveis que vem sendo provocada pelas constantes reajustes feitos pela Petrobras.

Durante as reuniões, os governadores trataram sobre os impactos do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022 (PLP 18/2022), que reduz alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A proposição define que combustíveis, assim como energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações não poderão ter alíquotas de ICMS superior a 17%. Os governadores, entretanto, ponderaram que não há garantia que, com a medida, o preço na bomba vai cair de fato.

Eles defenderam soluções que não punam os consumidores nem prejudiquem a capacidade dos Estados de investir em obras e serviços, o que gera emprego e renda para a população.

“A nossa esperança é que o Senado da República tenha a responsabilidade que sempre teve, ao olhar esse problema que afeta todos os estados da Federação, uns mais que outros, mas afeta todos indistintamente. Esperamos que o Senado esteja à altura de sua responsabilidade republicana, para não desorganizar as finanças dos Estados, sobretudo nesse momento de crise econômica que todos nós atravessamos”, frisou Paulo Velten.

Os governadores alertaram para o risco de levar as administrações locais ao desequilí-



Governador em exercício Paulo Velten e o secretário da Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro

brio fiscal, sem a garantia de que o preço na bomba vai cair. De acordo com o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, o prejuízo entre os Estados pode chegar a R\$ 100 bilhões e no Maranhão a perda corresponderia a R\$ 3 bilhões.

Marcellus Ribeiro destaca ainda que a receita gerada via ICMS também vai afetar os municípios maranhenses e investimentos em Educação e Saúde, já que existem receitas vinculadas (receita arrecadada com destinação específica) a esses dois setores.

“Se nós reduzimos as receitas do ICMS, nós reduzimos as receitas da Saúde e, evidentemente, essa política pública fica muito prejudicada”, sublinha o secretário da Fazenda, Marcellus Ribeiro.

Redução de danos

As reuniões entre os gestores estaduais e o presidente do Senado ainda não alcança-

ram um acordo final. A meta, segundo explica o secretário Marcellus Ribeiro, é tentar reduzir os danos à economia estadual, sem prejudicar a oferta das políticas públicas.

“Acima de tudo nós buscamos mitigar os prejuízos e manter o nível de prestação de serviços públicos essenciais para a população. Nós procuramos convergir para um ponto em que haja perda para os estados, mas que não seja no volume que nós temos hoje, porque isso inviabilizará tanto os municípios quanto os estados da Federação”, adverte Marcellus Ribeiro.

Compensações

Governadores e representantes de secretarias de Fazenda dos estados, entre eles Marcellus Ribeiro, cobraram garantia da União para recompor os cofres estaduais antes de alterar as alíquotas do ICMS.

Paulo Velten antecipa que

o texto do projeto de lei complementar aprovado na Câmara, e que agora tramita no Senado, prevê um mecanismo para compensar a perda de arrecadação dos Estados. Se essa redução de receitas do ICMS for superior a 5%, a União ressarciria os governos estaduais por meio do abatimento da dívida.

“Os governadores apresentaram algumas propostas, com atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, já que nós temos previsão orçamentária e despesas fixas. Há a possibilidade de uma compensação ampla, com as dívidas que os estados têm não só com a União, mas com instituições privadas, e, sobretudo, a modulação dos efeitos, para que essa regra que coloca todas as alíquotas na alíquota máxima de 17% não desarrume a arrecadação dos estados e os investimentos públicos que nós temos hoje em andamento e em execução orçamentária”, concluiu Paulo Velten. (SECOM)

Prêmio Innovare avalia boas práticas do TJMA contra o racismo e a homofobia

Um provimento (decisão) que permitiu a mudança do primeiro nome e do gênero de pessoas transgênero diretamente nos cartórios; o lançamento do bicentenário da abolicionista Maria Firmina dos Reis e uma campanha educativa que chama a atenção para a importância da consciência negra além de uma data.

As três práticas antidiscriminatórias estão no rol de projetos inscritos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no Prêmio Innovare, em fase de avaliação para, caso cumpram todos os requisitos, prossigam para a próxima etapa, a de finalistas. Na segunda-feira (6), o Comitê de Diversidade do TJMA recebeu os avaliadores do

Prêmio Innovare, os advogados Rafael Bayma e Antônio Nery, como parte do processo de análise das três práticas, na categoria Tribunal, com base na política judiciária de diversidade institucionalizada pelo Judiciário maranhense. Os projetos avaliados foram: “Ações Institucionais de Combate à LGBTfobia”; “Bicentenário de Maria Firmina dos Reis e sua contribuição no combate ao racismo por meio da educação e da cultura” e “Combate ao racismo para além do dia 20 de novembro com práticas educativas e culturais”. A apresentação foi conduzida pelos coordenadores do Comitê de Diversidade, Marco Adriano Ramos Fonsêca (coordenador) e juíza Elaile

Silva Carvalho (coordenadora adjunta), e contou com a participação dos(as) membros(as) do Comitê, Joseane Cantanhede, Bianca Bezerra, Cíntia Andrade e Luciano Vilar. “O prêmio Innovare é de grande destaque nacional e incentiva que práticas inovadoras no Poder Judiciário sejam premiadas e replicadas nacionalmente”, observou a juíza Elaile. Sobre a prática de combate a LGBTfobia foram destacados o alcance do provimento nº 302021 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que regulamentou o procedimento de alteração do prenome e do gênero de pessoas transgênero diretamente nas serventias extrajudiciais de registro civil do Estado do Maranhão.



Feriado

A Federação do Comércio (Fecomércio) informa que o comércio da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) funcionará normalmente na quinta-feira (16), dia de Corpus Christi. Embora seja um dia de comemoração religiosa, a data não é mais considerada feriado na legislação estadual. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) deferiu a liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela entidade para contestar a Lei nº. 11.539/2021, que instituiu feriado Corpus Christi.

Informe JP

Miudinhas

*** Nesta quinta-feira (9), o governador em exercício, desembargador Paulo Velten, participa de extensa agenda institucional em Balsas e em outros dois municípios do sul do estado: Tasso Fragoso e São Raimundo das Mangabeiras.

*** O primeiro compromisso do governador será uma reunião, às 9h, em Balsas, com empresários da soja e produtores rurais da região. Na sequência, às 10h40, Paulo Velten realiza vistoria técnica às obras de manutenção da pavimentação asfáltica da MA-006, na cidade de Tasso Fragoso.

*** Às 11h40, o governador em exercício participa de sobrevoo na Fazenda Agroserra, localizada no município de São Raimundo das Mangabeiras. Velten finaliza a agenda no sul do Maranhão às 14h30, com visita técnica à indústria de produção de álcool, também em São Raimundo das Mangabeiras.

GOVERNADORES DIVERGEM SOBRE ICMS DOS COMBUSTÍVEIS E EXIGEM COMPENSAÇÃO PARA PERDAS DE ARRECADAÇÃO NOS ESTADOS

Governadores e secretários de Fazenda de vários estados passaram essa quarta-feira (8) em negociação, em Brasília, sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que classifica os combustíveis, energia elétrica, transportes coletivos, gás natural e comunicações, como bens essenciais e indispensáveis. Com isso, estados não podem cobrar alíquotas de ICMS acima 17%. A primeira reunião foi pela manhã, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que contou também com a presença do relator do projeto, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e dos senadores Otto Alencar (PSD-BA); Angelo Coronel (PSD-BA). Após o encontro, os governadores revelaram resistência ao projeto, alegando que a redução da alíquota do ICMS pode levar os governos locais ao desequilíbrio fiscal sem a garantia de que o preço na bomba vai cair para os consumidores e defenderam uma forma de compensação imediata para perdas de arrecadação.



Governadores de vários estados estiveram reunidos com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; o governador em exercício do Maranhão, Paulo Velten, participou da reunião

PÁG. 3 E 7

Paulo Velten defende posição do Maranhão no debate sobre alta no preço dos combustíveis

O governador em exercício, Paulo Velten, participou na noite de terça-feira (7) de reuniões em Brasília com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e governadores de outros Estados, sobre a alta do preço dos combustíveis que vem sendo provocada pelos constantes reajustes feitos pela Petrobras.

Durante as reuniões, os governadores trataram sobre os impactos do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022 (PLP 18/2022), que reduz alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A proposição define que combustíveis, assim como energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações não poderão ter alíquotas de ICMS superior a 17%. Os governadores, entretanto, ponderaram que não há garantia que, com a medida, o preço na bomba vai cair de fato. Eles defenderam soluções que não punam os consumidores nem prejudiquem a capacidade dos Estados de investir em obras e serviços, o que gera



Paulo Velten participou em Brasília de reunião coordenada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

emprego e renda para a população. “A nossa esperança é que o Senado da República tenha a responsabilidade que sempre teve, ao olhar esse problema que afeta todos os estados da Federação, uns mais que outros, mas afeta todos indistintamente. Esperamos que o Senado esteja à altura de sua responsabilidade republicana, para não desorganizar as finanças dos Estados, sobretudo nesse

momento de crise econômica que todos nós atravessamos”, frisou Paulo Velten. De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro, o prejuízo entre os Estados pode chegar a R\$ 100 bilhões e no Maranhão a perda corresponderia a R\$ 3 bilhões. Marcellus Ribeiro destaca ainda que a receita gerada via ICMS também vai afetar os municípios maranhenses e investimentos em Educação e Saúde, já que existem receitas

vinculadas (receita arrecadada com destinação específica) a esses dois setores.

“Se nós reduzimos as receitas do ICMS, nós reduzimos as receitas da Saúde e, evidentemente, essa política pública fica muito prejudicada”, sublinha o secretário da Fazenda, Marcellus Ribeiro.

As reuniões entre os gestores estaduais e o presidente do Senado ainda não alcançaram um acordo final. A meta, segundo explica o secretário Marcellus Ribeiro, é tentar reduzir os danos à economia estadual, sem prejudicar a oferta das políticas públicas. “Acima de tudo nós buscamos mitigar os prejuízos e manter o nível de prestação de serviços públicos essenciais para a população. Nós procuramos convergir para um ponto em que haja perda para os estados, mas que não seja no volume que nós temos hoje, porque isso inviabilizará tanto os municípios quanto os estados da Federação”, adverte Marcellus Ribeiro.

Governadores divergem sobre ICMS dos combustíveis e exigem compensação para perdas de arrecadação nos estados

GIL MARANHÃO

Governadores e secretários de Fazenda de vários estados passaram essa quarta-feira (8) em negociação, em Brasília, sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que classifica os combustíveis, energia elétrica, transportes coletivos, gás natural e comunicações, como bens essenciais e indispensáveis. Com isso, estados não podem cobrar alíquotas de ICMS acima 17%.

A primeira reunião foi pela manhã, com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que contou também com a presença do relator do projeto, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e dos senadores Otto Alencar (PSD-BA); Angelo Coronel (PSD-BA).

Da reunião, participaram o governador em exercício do Maranhão e presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; e os governadores da Bahia, Rui Costa; do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; de Minas Gerais, Romeu Zema; do Piauí, Regina Sousa; de Alagoas, Paulo Dantas; além da secretária-executiva do Fórum Nacional de Governadores, Kaline Costa; do presidente do Comsefaz, Décio Padilha, e os secretários da Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro Alves; e dos estados do Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Piauí.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Governadores e secretários da Fazenda de vários estados estiveram reunidos com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; o relator do projeto, Fernando Bezerra, e outros senadores

REDUÇÃO DOS PREÇOS

Após o encontro, os governadores revelaram resistência ao projeto, alegando que a redução da alíquota do ICMS pode levar os governos locais ao desequilíbrio fiscal sem a garantia de que o preço na bomba vai cair para os consumidores e defenderam uma forma de compensação imediata para perdas de arrecadação.

“O ICMS sobre o óleo diesel está congelado desde novembro do ano passado, quando o combustível estava custando R\$ 4,90, e hoje já está R\$ 7. Essa diferença foi para o bolso de quem? O consumidor se beneficiou? Claro que não. Obviamente, todos querem a redução dos preços, mas o problema é escolher o caminho

mais eficaz para esse objetivo. Esse caminho escolhido pelo governo não trará benefícios aos cidadãos”, afirmou o governador da Bahia, Rui Costa.

MEDIDAS ESTRUTURANTES

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, alertou que prefeituras e governos estaduais têm obras e serviços em andamento, contratados com base numa estimativa financeira que agora não pode ser alterada de uma hora para a outra. “Estamos pedindo ao Senado e à Câmara lucidez e sensatez para que o momento eleitoral não contamine o país e não tomemos uma decisão precipitada. Precisamos de medidas estruturantes para conter a inflação, e não de

medidas de oportunidade que soam como música, mas não produzem resultados”, declarou.

Já o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Décio Padilha, calcula que o impacto do PLP 18 nos cofres estaduais e municipais seria de R\$ 100 bilhões. Ele sugeriu usar parte do dinheiro dos dividendos da Petrobras para uma conta de equalização. “Vamos sentar com o relator para mitigar danos e reduzir estragos, porque o PLP já traz uma grande perda efetiva. De janeiro deste ano até 10 de maio, por exemplo, houve três reajustes que resultaram em 47% a mais no preço do óleo diesel. E o ICMS está congelado desde novembro”, revelou.

Informe JP

Alta dos combustíveis

O governador em exercício, Paulo Velten, participou de reuniões em Brasília com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e governadores de outros Estados, sobre a alta do preço dos combustíveis que vem sendo provocada pelos constantes reajustes feitos pela Petrobras.

Os governadores alertaram para o risco de levar as administrações locais ao desequilíbrio fiscal, sem a garantia de que o preço na bomba vai cair.

Prejuízo

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro, o prejuízo entre os Estados pode chegar a R\$ 100 bilhões e no Maranhão a perda corresponderia a R\$ 3 bilhões.

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial SRP nº 01/2022 Processo nº 6860/2022	
Objeto: Registro de Preços visando Aquisição de Materiais Odontológicos para o Poder Judiciário do Maranhão; Abertura: 23/06/2022 às 10:00hs (horário de Brasília-DF); Local: Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, Rua do Egito, 144, Centro, CEP: 65.010-190, São Luís/MA; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos no endereço supracitado; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 07 de junho de 2022. Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.	